



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ

Concurso Público para provimento de cargos de

**Analista de Controle Externo**

**Auditoria de Obras Públicas**

Caderno de Prova, Cargo A01, Tipo 001

000000000000000000

00001-0001-001

Nº de Inscrição  
MODELO

**P R O V A**

**Conhecimentos Gerais**  
**Conhecimentos Específicos I**

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

### VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

### ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS**

**Língua Portuguesa**

**Atenção:** As questões de números 1 a 8 referem-se ao texto que segue.

**A velhice na sociedade industrial**

*A sociedade rejeita o velho, não oferece nenhuma sobre-vivência à sua obra, às coisas que ele realizou e que fizeram o sentido de sua vida. Perdendo a força de trabalho, ele já não é produtor nem reproduzidor. Se a posse e a propriedade constituem, segundo Sartre, uma defesa contra o outro, o velho de uma classe favorecida defende-se pela acumulação de bens. Suas propriedades o defendem da desvalorização de sua pessoa.*

*Nos cuidados com a criança, o adulto “investe” para o futuro, mas em relação ao velho age com duplicidade e má fé. A moral oficial prega o respeito ao velho, mas quer convencê-lo a ceder seu lugar aos jovens, afastá-lo delicada mas firmemente dos postos de direção. Que ele nos poupe de seus conselhos e se resigne a um papel passivo. Veja-se no interior das famílias a cumplicidade dos adultos em manejar os velhos, em imobilizá-los com cuidados “para o seu próprio bem”. Em privá-los da liberdade de escolha, em torná-los cada vez mais dependentes, “administrando” sua aposentadoria, obrigando-os a sair do seu canto, a mudar de casa (experiência terrível para o velho) e, por fim, submetendo-os à internação hospitalar. Se o idoso não cede à persuasão, à mentira, não se hesitará em usar a força. Quantos anciãos não pensam estar provisoriamente no asilo em que foram abandonados pelos seus?*

*Quando se vive o primado da mercadoria sobre o homem, a idade engendra desvalorização. A racionalização do trabalho, que exige cadências cada vez mais rápidas, elimina da indústria os velhos operários. Nas épocas de desemprego, os velhos são especialmente discriminados e obrigados a rebaixar sua exigência de salário e aceitar empreitas pesadas e nocivas à saúde. Como no interior de certas famílias, aproveita-se deles o braço servil, mas não o conselho.*

(Adaptado de Ecléa Bosi, **Memória e sociedade**)

1. A seguinte formulação resume, conceitualmente, o argumento central do texto:
  - (A) *Que ele nos poupe de seus conselhos e se resigne a um papel passivo.*
  - (B) *Suas propriedades o defendem da desvalorização de sua pessoa.*
  - (C) *Quando se vive o primado da mercadoria sobre o homem, a idade engendra desvalorização.*
  - (D) *Veja-se no interior das famílias a cumplicidade dos adultos em manejar os velhos, em imobilizá-los com cuidados “para o seu próprio bem”.*
  - (E) *Quantos anciãos não pensam estar provisoriamente no asilo em que foram abandonados pelos seus?*

2. Atente para as seguintes afirmações:
  - I. No primeiro parágrafo, ao empregar a expressão à sua obra, a autora está-se referindo às propriedades acumuladas pelo velho da classe mais favorecida.
  - II. No segundo parágrafo, o contexto permite entender que o termo “investe”, entre aspas, está empregado na acepção que lhe conferem os economistas.
  - III. No terceiro parágrafo, a expressão *racionalização do trabalho* identifica o rigor com que se planeja e se operacionaliza a produção industrial.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) II e III, apenas.

3. Depreende-se da leitura do texto que, na sociedade industrial, a sabedoria acumulada pelos velhos
  - (A) vale apenas quando eles ainda mostram aptidão para trabalhar.
  - (B) é menosprezada porque não se costuma considerá-la produtiva.
  - (C) é cultuada com a mesma complacência com que se vê a criança.
  - (D) é bem acolhida somente quando eles pertencem à classe abastada.
  - (E) vale apenas quando eles assumem um papel passivo na família.

4. Considerando-se o contexto, traduz-se corretamente o sentido de um segmento do texto em:
  - (A) *o defendem da desvalorização de sua pessoa* = subestimam seu prestígio pessoal.
  - (B) *age com duplicidade e má fé* = porta-se ora com isenção, ora com justiça.
  - (C) *Que ele nos poupe de seus conselhos* = Que seja parcimonioso em suas recomendações.
  - (D) *especialmente discriminados* = particularmente depreciados.
  - (E) *empreitas pesadas* = cargos de máxima responsabilidade.

5. A concordância verbal está plenamente respeitada na frase:
- (A) Quando ocorre aos preconceituosos explicar por que discriminam os velhos, costumam valer-se de argumentos hipócritas.
  - (B) Os cuidados que se toma com a formação de uma criança não se estendem às atenções que se presta a um velho.
  - (C) O primado das mercadorias sobre os homens acabam por engendrar a impiedosa desvalorização da velhice.
  - (D) Quando se os privam da liberdade de escolha, os velhos são reduzidos ao estatuto da passividade e da dependência.
  - (E) Por que é que a tão poucos costumam sensibilizar, no trato com os velhos, a preciosidade que é a sabedoria acumulada numa vida?

6. Transpondo-se para a voz ativa a construção aproveita-se dele o braço servil, a forma verbal resultante deverá ser:
- (A) é aproveitado.
  - (B) seja aproveitado.
  - (C) aproveitem.
  - (D) aproveitam.
  - (E) tem aproveitado.

7. Está clara, correta e coerente a redação da seguinte frase:
- (A) A obra do velho não se costuma perdurar porque as pessoas em geral rejeitam o que perfaz o sentido de toda a sua vida.
  - (B) De acordo com Sartre, nos defendemos pela acumulação de bens dos outros que julgamos constituir nossa ameaça.
  - (C) Para os adultos, a criança proporciona um investimento, ao passo que para com os velhos costuma ocorrer o contrário.
  - (D) Caso não se rendam às mentiras e à persuasão de quem os cuida, há o risco de submeterem os velhos à violência.
  - (E) É penoso reconhecer que, uma vez abandonados num asilo, muitos velhos ainda crêem tratar-se de uma morada provisória.

8. No interior das famílias, costuma-se manejar os velhos, tratar os velhos como seres passivos, negar aos velhos a oportunidade de escolha, manter os velhos imobilizados num canto qualquer.
- Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os segmentos sublinhados, respectivamente, por:
- (A) tratar-lhes - negar-lhes - manter-lhes
  - (B) tratá-los - negá-los - mantê-los
  - (C) tratá-los - negar-lhes - mantê-los
  - (D) tratar-lhes - negá-los - manter-lhes
  - (E) os tratar - lhes negar - lhes manter

**Atenção:** As questões de números 9 a 15 referem-se ao texto que segue.

**O espírito das leis**

– *O mais difícil, em certos processos, não é julgar os fatos expostos. É julgar os fatos ocultos.*

*Foi o que ouvi, há muito tempo, quando eu ainda pensava em fazer Direito, de um parente juiz. Estranhei a expressão “fatos ocultos”, que me cheirou a esoterismo, mas ele explicou:*

– *A gente costuma estudar um caso, avaliar as razões das partes, pesar os dados levantados, consultar minuciosamente a legislação e a jurisprudência, para, enfim, dar a sentença. Mas há situações em que a intuição e a experiência de um juiz fazem-no sentir que a verdade profunda do caso não foi exposta. Por vezes, ao ouvir os litigantes, esse sentimento cresce ainda mais. Aí a tarefa fica difícil. Objetivamente, um juiz não pode ignorar o que está nos autos; subjetivamente, no entanto, ele sabe que há mais complexidade na situação a ser julgada do que fazem ver as palavras do processo. Esses são os fatos ocultos; essa é a verdade que sofreu um processo de camuflagem da parte do impetrante, do impetrado ou de ambos.*

– *E o que faz você numa situação dessa?*

– *Ele parou de falar por um tempo, dando a impressão de que não iria responder. Mas acabou esclarecendo:*

– *Aplico a lei, naturalmente. É tudo o que devo e posso fazer. No entanto, para isso preciso também sentir o que se entende por espírito da lei, aquilo que nem sempre está nela explicitado com todas as letras, mas constitui, sem qualquer dúvida, o que a justifica e a legitima em sua profundidade. Como vê, às vezes julgo fatos ocultos com o concurso do espírito...*

*Foi uma manifestação de bom humor, não um gracejo; foi uma lição que me ficou, que me parece útil para muitas situações da nossa vida.*

(Etelvino Corrêa e Souza, inédito)

9. Ao dizer que, por vezes, é preciso julgar os fatos ocultos, o juiz referido no texto está considerando os casos em que há a necessidade de
- (A) aplicar a lei com todo o rigor, desconsiderando as lições de uma jurisprudência bem constituída.
  - (B) intuir, para além do que está nos autos, a verdade profunda que neles se encontra escamoteada.
  - (C) fazer prevalecer todo o peso do subjetivismo sobre a aplicação objetiva dos dispositivos legais.
  - (D) ignorar toda e qualquer mediação da análise mais pessoal, no momento de proferir a sentença.
  - (E) desmascarar os argumentos de ambas as partes, com vistas à anulação do processo.

|  |   |
|--|---|
| <p>10. Atente para as seguintes afirmações:</p> <p>I. Depreende-se da leitura do texto que a lição que ficou para o narrador, <i>útil para muitas situações da nossa vida</i>, é a de que as aparências não costumam nos enganar.</p> <p>II. O <i>bom humor</i> da última fala do juiz no texto é um efeito produzido pela associação entre as expressões <i>fatos ocultos</i> e <i>concurso do espírito</i>, que lembram fenômenos sobrenaturais.</p> <p>III. Depreende-se do que afirma o narrador no último parágrafo do texto que ele considera o <i>gracejo</i> uma manifestação menos conseqüente que a do <i>bom humor</i>.</p> <p>Em relação ao texto, está correto APENAS o que se afirma em</p> <p>(A) II e III.<br/>         (B) I e III.<br/>         (C) I e II.<br/>         (D) I.<br/>         (E) II.</p> | <p>14. Há uma relação de causa e efeito entre os seguintes segmentos:</p> <p>(A) <i>O mais difícil, em certos processos / não é julgar os fatos expostos.</i></p> <p>(B) <i>ao ouvir os litigantes, esse sentimento cresce ainda mais / a tarefa fica difícil.</i></p> <p>(C) <i>Foi o que ouvi / eu ainda pensava em fazer Direito.</i></p> <p>(D) <i>às vezes julgo fatos ocultos / com o concurso do espírito.</i></p> <p>(E) <i>aquilo que nem sempre está nela explicitado com todas as letras / mas constitui (...) o que a justifica e a legítima.</i></p>   |
| <p>11. Na frase <i>essa é a verdade que sofreu um processo de camuflagem</i>, o segmento sublinhado tem sentido equivalente ao da expressão:</p> <p>(A) passou por uma manobra de explicitação.<br/>         (B) contaminou-se com uma operação contraditória.<br/>         (C) foi objeto de uma dissimulação.<br/>         (D) enfatizou seu embuste.<br/>         (E) se apresentou como um equívoco.</p>   | <p>15. Estão corretamente grafadas e flexionadas todas formas verbais da frase:</p> <p>(A) Por vezes, é a intuição de um juiz que intermedeia o que está no processo e o espírito da lei.</p> <p>(B) Se não se dispuser a examinar bem o caso e não se prover da melhor intuição, poderá proceder injustamente.</p> <p>(C) A intuição costuma acessorar os juízes, nos casos mais complexos que se lhes apresentam.</p> <p>(D) É freqüente que um juiz remedie uma omissão da lei valendo-se do que lhe diz sua intuição.</p> <p>(E) Caso a intuição do juiz não intervisse naquele caso, o réu seria injustamente condenado.</p> |
| <p>12. O verbo indicado entre parênteses deverá ser flexionado numa forma do plural para preencher corretamente a lacuna da frase:</p> <p>(A) .....-se (<b>atribuir</b>) aos fatos expostos o valor de uma verdade que nem sempre eles representam.</p> <p>(B) A aplicação mecânica das leis e dos casos de jurisprudência nem sempre ..... (<b>implicar</b>) uma sentença justa.</p> <p>(C) ..... (<b>costumar</b>) ocorrer, em muitos processos, que a verdade profunda de um caso permaneça camuflada.</p> <p>(D) ..... (<b>assistir</b>) aos juízes o dever de intuir a verdade que pode estar camuflada pela linguagem de um processo.</p> <p>(E) Nem sempre se ..... (<b>levantar</b>) num processo judicial os fatos que correspondem à verdade do caso em julgamento.</p>  | <p style="text-align: center;"><b>Informática</b></p> <p>16. O sistema operacional Windows, 2000 ou XP, pode reconhecer</p> <p>(A) o sistema de arquivo FAT, somente.<br/>         (B) o sistema de arquivo FAT32, somente.<br/>         (C) o sistema de arquivo NTFS, somente.<br/>         (D) os sistemas de arquivo FAT32 e NTFS, somente.<br/>         (E) os sistemas de arquivo FAT, FAT32 e NTFS.</p>  |
| <p>13. Está inteiramente adequada a pontuação da frase:</p> <p>(A) A manifestação de bom humor do parente juiz, ficou como uma lição que o narrador disse ter aproveitado, em muitas situações de sua vida.</p> <p>(B) Há certos casos, em que um juiz pode e deve valer-se de sua intuição, sem prejuízo, para a objetividade de seu julgamento.</p> <p>(C) Afora o que consta em um processo, há com freqüência, uma série de fatores, que um juiz deve levar em consideração.</p> <p>(D) Pensei que ele não fosse me responder, mas ele o fez, valendo-se de uma frase bem-humorada, que me valeu uma lição.</p> <p>(E) O que se entende por espírito da lei, via de regra é algo que subjaz ao texto e, não, o que nele se explicita.</p>  | <p>17. Na arquitetura do sistema operacional Windows, 2000 ou XP, uma unidade de execução dentro de um processo é representada pelo objeto</p> <p>(A) evento.<br/>         (B) seção.<br/>         (C) thread.<br/>         (D) semáforo.<br/>         (E) token.</p> <p>18. Os arquivos Linux conhecidos como FIFO (<i>First In, First Out</i>) são caracterizados como arquivo</p> <p>(A) de dispositivo.<br/>         (B) pipe identificado.<br/>         (C) regular.<br/>         (D) link simbólico.<br/>         (E) socket de domínio local.</p>  |

19. Um processo do sistema Linux que é interrompido ao receber um sinal STOP ou TSPS e reiniciado somente com o recebimento do sinal CONT encontra-se no estado de execução denominado
- (A) zumbi.
  - (B) espera.
  - (C) parado.
  - (D) dormente.
  - (E) executável.

Atenção: As questões de números 20 a 22 referem-se ao BrOffice.org 2.4 com padrão de configuração original.

20. No Calc, a célula A1 contém a fórmula =30+B1 e a célula B1 contém o valor 8. Todas as demais células estão vazias. Ao arrastar a alça de preenchimento da célula A1 para A2, o valor de A2 será igual a
- (A) 38
  - (B) 30
  - (C) 22
  - (D) 18
  - (E) 0

21. O número 2.350.000 inserido em uma célula do Calc com o formato Científico será exibido na célula como
- (A) 2,35E+006
  - (B) 2,35+E006
  - (C) 2,35E006+
  - (D) 0,235+E006
  - (E) 235E+006

22. No Writer, o ícone utilizado para copiar a formatação do objeto ou do texto selecionado e aplicá-la a outro objeto ou a outra seleção de texto é o
- (A) Localizar e substituir.
  - (B) Gallery.
  - (C) Navegador.
  - (D) Pincel de estilo.
  - (E) Copiar e colar.

**Direito Constitucional**

23. O controle de constitucionalidade de leis e atos normativos estaduais em face da Constituição da República, perante o Supremo Tribunal Federal, pode ser efetuado em sede de
- (A) ação declaratória de constitucionalidade.
  - (B) recurso especial.
  - (C) mandado de injunção.
  - (D) *habeas data*.
  - (E) ação direta de inconstitucionalidade.

24. Em relação à disciplina constitucional da ordem econômica e financeira, considere as assertivas abaixo:

- I. São princípios constitucionais da ordem econômica a soberania nacional, a propriedade privada, a função social da propriedade e a defesa do meio ambiente, entre outros.
- II. É assegurado a todos, sem exceções, o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos.
- III. O Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento da atividade econômica, sendo o último determinante para os setores público e privado.
- IV. O sistema financeiro nacional será regulado por leis complementares que disporão sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) III e IV.
- (C) II e III.
- (D) I e IV.
- (E) II e IV.

25. Em matéria orçamentária, a Constituição da República autoriza a

- (A) utilização de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidades ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos, mediante autorização legislativa específica.
- (B) abertura da crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa, desde que haja indicação dos recursos correspondentes.
- (C) transposição ou o remanejamento de recursos de uma categoria de programação para outra, sem prévia autorização legislativa, desde que se trate de recursos de um mesmo órgão.
- (D) utilização dos recursos provenientes de contribuições sociais incidentes sobre a folha de salários para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do regime geral de previdência social.
- (E) transferência voluntária de recursos do governo federal e de suas instituições financeiras para o pagamento de despesas com pessoal ativo dos Estados, Municípios e do Distrito Federal.

26. Aos membros do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas aplica-se a disposição constitucional segundo a qual

- (A) se assegura vitaliciedade no cargo, após um ano de exercício, não podendo perdê-lo senão por sentença judicial transitada em julgado.
- (B) é vedado, a qualquer título ou pretexto, o recebimento de honorários, percentagens ou custas processuais.
- (C) se proíbe o exercício de atividade político-partidária, salvo exceções previstas na lei.
- (D) o ingresso na carreira far-se-á mediante concurso público de provas e títulos, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, dois anos de atividade jurídica.
- (E) não se permite o exercício de outra função pública, exceto quando em disponibilidade.

|   |   |
|---|---|
| <p>27. O servidor público ocupante de cargo da administração direta que vier a ser investido no mandato de Prefeito</p> <p>(A) perderá o cargo.</p> <p>(B) terá o tempo de serviço contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento.</p> <p>(C) será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.</p> <p>(D) perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, desde que haja compatibilidade de horários.</p> <p>(E) não terá direito a perceber benefício previdenciário com valores fixados como se no exercício do cargo estivesse.</p>   | <p>31. NÃO são entidades integrantes da administração indireta da União:</p> <p>(A) os serviços sociais autônomos.</p> <p>(B) as associações públicas das quais seja parte.</p> <p>(C) as empresas públicas por ela constituídas.</p> <p>(D) as sociedades de economia mista por ela controladas.</p> <p>(E) as autarquias federais.</p>  |
| <p>28. Será inconstitucional a medida provisória que</p> <p>(A) vise a detenção ou seqüestro de bens ou outro ativo financeiro, ressalvadas hipóteses hoje admitidas pela própria Constituição.</p> <p>(B) não seja apreciada pelo Congresso Nacional em até quarenta e cinco dias contados de sua publicação.</p> <p>(C) implique instituição ou majoração de impostos.</p> <p>(D) trate de matéria de direito civil ou comercial.</p> <p>(E) verse sobre matéria já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto do Presidente da República.</p>  | <p>32. Os bens públicos de uso comum do povo têm como característica, nos termos da lei civil,</p> <p>(A) a sua inalienabilidade e impenhorabilidade, mesmo quando desafetados para se tornarem dominicais.</p> <p>(B) a impossibilidade de lhes ser atribuído regime especial de fruição.</p> <p>(C) a possibilidade de serem adquiridos por usucapião.</p> <p>(D) a possibilidade de ter seu uso sujeito a retribuição.</p> <p>(E) o fato de sua propriedade ser titularizada pelo próprio povo, e não pelo ente público.</p>   |
| <p>29. Nos termos da Constituição do Estado do Ceará, a Assembléia Legislativa</p> <p>(A) reunir-se-á, anualmente, de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro.</p> <p>(B) funcionará em sessões públicas, com a presença da maioria absoluta de seus membros, e as deliberações serão tomadas por maioria de votos.</p> <p>(C) aprova previamente, por voto secreto, após argüição pública, a escolha de quatro sétimos dos Conselheiros dos Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios.</p> <p>(D) procederá à tomada de contas do Governador do Estado, quando não apresentadas à Assembléia Legislativa dentro de trinta dias após a abertura da sessão legislativa.</p> <p>(E) restringir-se-á a deliberar sobre a matéria para a qual tenha sido convocada, no período extraordinário, permitido o pagamento de parcela indenizatória, em razão da convocação.</p> | <p>33. Denominam-se cláusulas exorbitantes dos contratos administrativos aquelas que atribuem à Administração determinados poderes, derogatórios do regime jurídico dos contratos privados. Entre estas cláusulas, estão as que confirmam à Administração</p> <p>(A) o poder de provocar o Poder Judiciário para anular o contrato.</p> <p>(B) o poder de provocar o Poder Judiciário para revogar o contrato.</p> <p>(C) a faculdade de modificar o contrato unilateralmente, para melhor adequação ao interesse público.</p> <p>(D) a faculdade de alterar o contrato, em acordo com o contratado, independentemente dos limites legais de aumento ou supressão do seu objeto.</p> <p>(E) a obrigação de indenizar o contratado pela rescisão unilateral da Administração, sem justa causa.</p>   |
| <p style="text-align: center;"><b>Direito Administrativo</b></p> <p>30. No Brasil, o Direito Administrativo é ramo do Direito que tem como característica, no que diz respeito a suas fontes,</p> <p>(A) a codificação em nível federal, em respeito ao princípio da estrita legalidade.</p> <p>(B) o papel da jurisprudência como criadora de normas aplicáveis à Administração e integradora de lacunas legais.</p> <p>(C) a pluralidade de leis em níveis federal, estadual e municipal e o papel precípua da doutrina na unificação da respectiva interpretação.</p> <p>(D) o papel integrativo da analogia, dos costumes e dos princípios gerais do direito, mesmo em caráter <i>praeter legem</i> ou <i>contra legem</i>.</p> <p>(E) a prevalência de normas de caráter administrativo, como decretos, portarias e resoluções, ainda que em face da aplicação da lei formal.</p>              | <p>34. A modalidade de licitação apropriada para a escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de remuneração ao vencedor, é</p> <p>(A) o pregão.</p> <p>(B) o concurso.</p> <p>(C) a concorrência.</p> <p>(D) o convite.</p> <p>(E) a tomada de preços.</p> <p>35. O funcionário público civil do Estado do Ceará que, exercendo função de chefia, presenciar a prática de ilícito administrativo, deverá</p> <p>(A) efetuar a respectiva <i>notitia criminis</i> à autoridade policial competente e escusar-se de outra medida em sede funcional.</p> <p>(B) deixar o conhecimento e a apuração do fato às autoridades competentes, evitando interferência pessoal que comprometa sua atuação como testemunha.</p> <p>(C) efetuar a imediata repreensão do ilícito e aplicar a sanção correspondente, com base nos princípios da verdade real e da verdade sabida.</p> <p>(D) representar imediatamente a autoridade competente para que promova a apuração do fato, mediante o processo cabível.</p> <p>(E) determinar a instauração do processo administrativo disciplinar, avocando a competência para o julgamento em razão de sua proximidade presencial.</p> |

36. Relativamente à instrução dos processos administrativos em nível federal, é correto afirmar que
- (A) as provas ilícitas poderão ser admitidas, a critério da autoridade processante, se não causarem lesão ao interesse público.
  - (B) os autos, encerrada a instrução, serão imediatamente conclusos para decisão, sem manifestação da parte interessada.
  - (C) é desnecessária a prévia intimação dos interessados para o comparecimento em diligências probatórias.
  - (D) a falta de apresentação de parecer obrigatório, ainda que vinculante, não impede o encerramento da instrução.
  - (E) cabe ao interessado a prova dos fatos que tenha alegado, salvo com relação a fatos passíveis de comprovação por documentos expedidos pelo órgão administrativo.

**Controle Externo**

37. Em relação às competências, considere as assertivas abaixo.
- I. Compete ao Tribunal de Contas da União representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.
  - II. Compete ao Congresso Nacional fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo.
  - III. Compete ao Congresso Nacional aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I.
  - (B) II.
  - (C) III.
  - (D) II e I.
  - (E) II e III.

38. O poder que possibilita ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará, no âmbito de sua competência e jurisdição, expedir atos e instruções normativas sobre matéria de suas atribuições e sobre a organização dos processos que lhe devam ser submetidos, obrigando ao seu cumprimento, denomina-se poder
- (A) regimental.
  - (B) disciplinar.
  - (C) hierárquico.
  - (D) regulamentar.
  - (E) de Polícia.

39. A decisão pela qual o Tribunal de Contas do Estado do Ceará ordena o trancamento das contas que forem consideradas iliquidáveis, devido à impossibilidade de julgamento de mérito, denomina-se
- (A) alternativa.
  - (B) terminativa.
  - (C) definitiva.
  - (D) conclusiva.
  - (E) condenativa.

40. Em relação às competências definidas na Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, considere as assertivas abaixo.
- I. Julgar os atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, excluídas as fundações instituídas e mantidas pelo poder público.
  - II. Apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de nomeação para cargos de provimento em comissão.
  - III. Apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de concessão de aposentadoria, reformas e pensões, excetuadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
  - (B) I e III.
  - (C) I.
  - (D) II.
  - (E) III.

41. Em relação à fiscalização das Contas do Governador a cargo do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, é correto afirmar:
- (A) A prestação de contas apresentada pelo Governador será apreciada pelo Tribunal de Contas, mediante parecer prévio a ser elaborado em 30 dias.
  - (B) Após a decisão definitiva decretada pela Assembléia Legislativa, caberá apreciação por parte do Tribunal de Contas, no prazo máximo de 10 dias, contados da publicação da referida decisão.
  - (C) Ao Tribunal de Contas compete julgar, no prazo de 60 dias, contados do seu recebimento, as contas prestadas pelo Governador do Estado.
  - (D) A decisão decretada pela Assembléia Legislativa será conclusiva, não cabendo mais qualquer apreciação por parte do Tribunal de Contas.
  - (E) As contas sobre a execução do orçamento consistirão apenas em um relatório, elaborado pelo órgão central de controle interno do Poder Executivo.

42. Considere as assertivas abaixo:
- I. Aprovar os enunciados da Súmula da Jurisprudência do Tribunal.
  - II. Deliberar originariamente sobre conflitos de competência entre os órgãos do Tribunal.
  - III. Manter a ordem e a disciplina no Tribunal.

De acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Ceará, compete ao Presidente do Tribunal de Contas o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e III
- (E) II e III.

43. No Tribunal de Contas do Estado do Ceará, as deliberações do Plenário e, no que couber, as das Câmaras terão forma de Acórdãos quando se tratar de
- (A) contas do Governador do Estado.
  - (B) processos de julgamentos de tomadas ou prestação de contas.
  - (C) decisão em processo de apreciação da legalidade de ato sujeito a registro.
  - (D) aprovação do Regimento Interno.
  - (E) ato definidor da Estrutura.

**Noções de Economia**

44. O Produto Interno Bruto de uma economia é igual ao somatório dos valores de produção de bens e serviços
- (A) dessa economia em uma determinada unidade de tempo.
  - (B) finais dessa economia em uma determinada data no ano-calendário.
  - (C) dessa economia em uma determinada data no ano-calendário.
  - (D) finais dessa economia em uma determinada unidade de tempo.
  - (E) finais dessa economia, acrescido do valor das importações, em uma determinada unidade de tempo.

45. Suponha uma economia hipotética sem governo, na qual tenham ocorrido as seguintes transações:
- I. A empresa **A** adquire insumos da empresa **C** no valor de 100 e produz bens no valor de 300, sendo 70% da produção vendida para a empresa **B** e o restante para consumidores finais.
  - II. A empresa **B**, com os insumos adquiridos da empresa **A**, fabrica bens no valor de 400, dos quais 20% são vendidos como insumos para a empresa **C** e o restante para consumidores finais.
  - III. A empresa **C**, com os insumos adquiridos da empresa **B**, fabrica bens no valor de 200, dos quais 50% são vendidos para a empresa **A** e o restante para consumidores finais.
- Considerando essas informações, é correto concluir que o valor agregado por essa economia é
- (A) maior que a renda.
  - (B) 900.
  - (C) 760.
  - (D) 530.
  - (E) 510.

46. Sobre a taxa de desemprego de um país, é correto afirmar:
- (A) Se a economia apresentar essa taxa acima da taxa natural, o aumento da demanda agregada tenderá a diminuí-la.
  - (B) O pensamento econômico predominante postula que entre essa taxa e a de inflação há correlação direta elevada.
  - (C) Se essa taxa está aumentando, a taxa de crescimento da população ocupada é maior que a taxa de crescimento da população.
  - (D) Existe apenas uma única metodologia para definir quais são as pessoas que estão procurando emprego e aceitando os salários vigentes na economia.
  - (E) Essa taxa está inversamente correlacionada com o total da população economicamente ativa.

47. O índice geral de preços de uma determinada economia apresentou o seguinte comportamento em um período de dez anos:

| Ano  | Índice |
|------|--------|
| 1998 | 100    |
| 1999 | 120    |
| 2000 | 130    |
| 2001 | 135    |
| 2002 | 137    |
| 2003 | 138    |
| 2004 | 140    |
| 2005 | 142    |
| 2006 | 145    |
| 2007 | 148    |

Assumindo-se que este índice represente adequadamente o nível geral de preços da economia, a taxa de inflação

- (A) foi estritamente crescente no período 1998-2000.
- (B) de 2006 foi a mais alta do período.
- (C) de 2003 foi a menor do período.
- (D) foi estritamente decrescente no período 2003-2007.
- (E) acumulada no período foi superior a 50%.

48. É uma medida que reduz o déficit primário do setor público:
- (A) empréstimo tomado por antecipação da receita orçamentária.
  - (B) aumento da base monetária.
  - (C) construção de pontes e viadutos.
  - (D) redução da taxa de juros incidente sobre a dívida pública.
  - (E) alienação de bens imóveis do setor público.

49. Considere as definições das siglas a seguir:

C = Consumo privado  
 I = Investimento privado  
 G = Gastos totais do Governo  
 X = Exportação de bens e serviços  
 M = Importação de bens e serviços

A demanda agregada da economia, supondo-se que a oferta agregada seja infinitamente elástica, é representada pela seguinte expressão:

- (A)  $C + I + G - X + M$
- (B)  $C + I + G + X - M$
- (C)  $C + I - G - X + M$
- (D)  $C + I + G + X + M$
- (E)  $(C + I + G) - (X + M)$

50. A teoria macroeconômica de determinação do nível de equilíbrio de renda, no curto prazo, postula que a economia está em equilíbrio quando, em um determinado nível geral de preços, a
- (A) demanda agregada é igual à oferta agregada.
  - (B) taxa de crescimento da oferta agregada é maior que a da demanda agregada.
  - (C) oferta agregada é maior que a demanda agregada.
  - (D) taxa de crescimento da demanda agregada é maior que a da oferta agregada.
  - (E) demanda agregada é maior que a oferta agregada.



| <b>CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS I</b>   |  |
|--|--|
| <b>Auditoria Governamental</b>   |  |
| <p>51. Em relação ao código de ética estabelecido pelo INTOSAI é correto afirmar que</p> <p>(A) os auditores devem conduzir os trabalhos de acordo com as diretrizes traçadas pelos governantes ou pelo partido político ao qual pertencer.</p> <p>(B) os relatórios elaborados são de acesso livre aos funcionários públicos pertencentes ao quadro efetivo.</p> <p>(C) a aprovação em concurso de provimento público é condição satisfatória para conduzir trabalhos de auditoria de qualquer área de conhecimento, não podendo recusar designação de trabalhos.</p> <p>(D) a entidade auditada tem direito de acompanhar e acessar os relatórios de auditoria, bem como os papéis de trabalho elaborados pelo auditor.</p> <p>(E) os auditores devem conhecer e cumprir todas as normas, políticas, procedimentos e práticas aplicáveis de auditoria, contabilidade e gestão financeira.</p>  | <p>55. Os procedimentos de auditoria constituem-se no conjunto de</p> <p>(A) métodos contábeis e financeiros que permitem ao auditor confirmar ou provar sua opinião sobre as demonstrações contábeis auditadas.</p> <p>(B) técnicas que permitem ao auditor obter evidências ou provas suficientes e adequadas para fundamentar sua opinião sobre as demonstrações contábeis auditadas.</p> <p>(C) conceitos que permitem ao auditor obter comprovações de que as demonstrações contábeis auditadas correspondem ao registro de todos os fatos contábeis praticados pela empresa.</p> <p>(D) princípios que permitem ao auditor obter informações indicativas e completas para fundamentar sua posição sobre as demonstrações contábeis auditadas.</p> <p>(E) normas e leis que permitem ao auditor certificar-se de que as demonstrações contábeis auditadas estão em sua totalidade corretas.</p> |
| <p>52. Compõe um elemento da estrutura a ser avaliado pela metodologia COSO – <i>Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission</i>:</p> <p>(A) estrutura externa.</p> <p>(B) conformidade dos riscos.</p> <p>(C) reação ao risco.</p> <p>(D) segregação de funções.</p> <p>(E) fator aleatório.</p>   | <p>56. A análise dos riscos de auditoria deve ser feita</p> <p>(A) na assinatura do contrato.</p> <p>(B) na emissão da carta de responsabilidade da administração.</p> <p>(C) no levantamento das contingências.</p> <p>(D) na fase de planejamento dos trabalhos.</p> <p>(E) na emissão do parecer.</p>   |
| <p>53. Em decorrência do processo de harmonização das normas contábeis brasileiras às normas internacionais, para melhor expressar sua opinião em relatórios e nos parágrafos de opinião dos pareceres, o auditor deve utilizar a expressão</p> <p>(A) de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.</p> <p>(B) em conformidade com as normas internacionais e nacionais.</p> <p>(C) de acordo com os princípios contábeis aplicados no Brasil.</p> <p>(D) em conformidade com as normas emanadas pelo CFC.</p> <p>(E) de acordo como os princípios contábeis normalmente aceitos.</p>   | <p>57. Na elaboração do roteiro de monitoramento de uma auditoria operacional, o auditor deverá considerar</p> <p>(A) o plano de ação, o grupo de contato e o relatório de impacto da auditoria.</p> <p>(B) os procedimentos, os testes e o tamanho da entidade.</p> <p>(C) os testes, a carta de responsabilidade da administração e o parecer.</p> <p>(D) a organização do trabalho, os controles internos e o contrato de auditoria.</p> <p>(E) o planejamento, a análise do risco e o plano de contingências.</p>  |
| <p>54. Considere as situações:</p> <p>I. Foi constatado pela auditoria que uma verba salarial paga na folha de pagamentos não foi contabilizada, em virtude de não estar prevista no sistema de integração contábil.</p> <p>II. Após apresentada pelo responsável da área fiscal a alíquota de ICMS, de 18%, dos novos produtos a serem comercializados, a chefia determinou o cadastramento com a alíquota de 12%.</p> <p>III. Foram constatados contratos de manutenção de máquinas de copiar. Ao verificar no departamento de controle do patrimônio da empresa, constatou-se que não existiam máquinas dessa natureza, sendo utilizado prestador de serviço externo.</p> <p>Em conformidade com os conceitos de fraude e erro, as situações I, II e III referem-se, respectivamente, a</p> <p>(A) fraude, fraude e fraude.</p> <p>(B) erro, fraude e erro.</p> <p>(C) fraude, erro e erro.</p> <p>(D) erro, erro e erro.</p> <p>(E) erro, fraude e fraude.</p> | <p>58. O auditor ao estabelecer uma amostra confiável NÃO deverá levar em consideração o</p> <p>(A) tamanho da amostra.</p> <p>(B) risco inerente.</p> <p>(C) erro tolerável.</p> <p>(D) erro esperado.</p> <p>(E) risco da amostra.</p>   |
|  | <p>59. No processo de Governança Corporativa Governamental, são elementos que identificam a boa conduta e podem compor o código de ética:</p> <p>(A) integridade, negligência e honestidade.</p> <p>(B) relacionamento cordial, subjetividade e integridade.</p> <p>(C) probidade e propriedade, objetividade e integridade.</p> <p>(D) centralização, transparência e evidência.</p> <p>(E) parcialidade, imprudência e propriedade.</p>  |

|  |  |
|--|--|
| <p>60. No processo de apresentação dos trabalhos de auditoria operacional, deve ser observado o monitoramento dos benefícios alcançados pela implementação das recomendações. Assim, os benefícios alcançados em procedimentos gerenciais geram impactos</p> <p>(A) financeiros quantificáveis.<br/>         (B) na quantificação de benefícios imateriais.<br/>         (C) financeiros não-quantificáveis.<br/>         (D) qualitativos não-quantificáveis.<br/>         (E) na identificação de benefícios materiais.</p>  | <p>63. A proibição de se consignar na Lei Orçamentária dispositivo estranho à fixação das despesas e à previsão das receitas, ressalvada autorização para abertura de créditos suplementares, decorre do princípio orçamentário da</p> <p>(A) totalidade.<br/>         (B) exclusividade.<br/>         (C) universalidade.<br/>         (D) especificação.<br/>         (E) não-vinculação.</p>  |
| <p style="text-align: center;"><b>Administração Financeira e Orçamentária</b></p> <p>61. Considere as assertivas abaixo.</p> <p>I. A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.</p> <p>II. O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.</p> <p>III. A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.</p> <p>Está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I, apenas.<br/>         (B) I, II e III.<br/>         (C) II, apenas.<br/>         (D) III, apenas.<br/>         (E) II e III, apenas.</p> | <p>64. Em relação ao orçamento público no Brasil, de acordo com Portaria da STN – Secretaria Tesouro Nacional, o instrumento de organização da ação governamental que visa a concretização dos objetivos pretendidos pela administração, sendo mensurado pelos seus indicadores, denomina-se</p> <p>(A) Projeto de Governo.<br/>         (B) Atividade de Governo.<br/>         (C) Programa governamental.<br/>         (D) Operação Especial.<br/>         (E) Função de Governo.</p> <p>65. Considere as assertivas abaixo.</p> <p>I. A Lei de Diretrizes Orçamentárias conterá Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas caso se concretizem.</p> <p>II. O anexo de metas fiscais deverá integrar a Lei Orçamentária Anual, que demonstrará a evolução do patrimônio líquido da entidade, no exercício a que se referir.</p> <p>III. A avaliação financeira e atuarial dos fundos de previdência está compreendida no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias.</p> <p>Está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I, apenas.<br/>         (B) II, apenas.<br/>         (C) III, apenas.<br/>         (D) I e III, apenas.<br/>         (E) I, II e III.</p> |
| <p>62. Em relação ao Orçamento, incluem-se no rol das vedações estabelecidas no art. 167 da Constituição Federal, a</p> <p>(A) transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa.<br/>         (B) abertura de crédito suplementar ou especial com prévia autorização legislativa e com indicação dos recursos correspondentes.<br/>         (C) realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que não excedam os créditos orçamentários ou adicionais.<br/>         (D) realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.<br/>         (E) concessão ou a utilização de créditos adicionais e suplementares limitados.</p>   | <p>66. Observadas as normas técnicas e legais, as previsões de receita considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante, e serão acompanhadas, além do demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da</p> <p>(A) projeção para as receitas obtidas com serviços de terceiros.<br/>         (B) metodologia de cálculo do impacto dos resultados nominal e primário que possam afetar as receitas.<br/>         (C) projeção da estimativa do impacto orçamentário e financeiro do exercício em que entrar em vigor.<br/>         (D) demonstração da composição das dívidas ativas decorrentes de financiamentos e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.<br/>         (E) projeção para os dois seguintes exercícios àqueles a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.</p> <p>67. O investimento cuja duração ultrapasse um exercício financeiro, só poderá ser iniciado se for previamente incluído</p> <p>(A) no Plano Plurianual.<br/>         (B) na Lei de Diretrizes Orçamentárias.<br/>         (C) na Lei Orçamentária.<br/>         (D) no Plano de Diretor.<br/>         (E) na Lei de Diretrizes e Bases.</p>                                |

68. O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o Plano Plurianual, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com as normas da Lei de Responsabilidade Fiscal, disporá sobre
- (A) a variação patrimonial, evidenciando a alienação de ativos.
  - (B) a forma de realização de despesas sem prévio empenho.
  - (C) o cálculo do baixo crescimento da taxa de variação acumulada sobre o PIB.
  - (D) a reserva de contingência destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.
  - (E) as formas de compra de títulos da dívida e a data de sua colocação no mercado.

69. De acordo a Lei de Responsabilidade fiscal, acompanharão o relatório resumido da execução orçamentária, dentre outros, o demonstrativo relativo a
- (A) receitas e despesas extra-orçamentárias.
  - (B) despesa total com pessoal, distinguindo as referentes a inativos e pensionistas inativos.
  - (C) resultados nominal e primário.
  - (D) operações de crédito, inclusive por antecipação de receita.
  - (E) despesas com serviços de terceiros.

70. A meta relativa ao montante da dívida pública, para o exercício a que se referir e para os dois seguintes, em valores correntes e constantes, será estabelecida no Anexo de
- (A) Programação Orçamentária.
  - (B) Passivos Permanentes.
  - (C) Riscos Fiscais.
  - (D) Programação Financeira.
  - (E) Metas Fiscais.

**Auditoria de Obras Rodoviárias**

71. O ensaio de Marshall é realizado em uma mistura betuminosa para determinar, além da sua estabilidade,
- (A) sua fluência.
  - (B) sua viscosidade.
  - (C) o início de pega.
  - (D) o início de fulgor.
  - (E) sua resistência ao desgaste.

72. Em uma usina de asfalto, quando o material asfáltico é adicionado aos agregados nos misturadores, está configurado o ensaio para a determinação do efeito do calor e do ar, permitindo a medição da penetração, que varia em função da massa betuminosa sofrer
- (A) redução do ponto de fluidez.
  - (B) exsudação.
  - (C) aumento do ponto de fulgor.
  - (D) endurecimento.
  - (E) encruamento.

73. As obras de arte
- I. complementares englobam serviços de engenharia estrutural de grande porte como pontes, viadutos e passarelas. Devido a sua complexidade devem ser tratadas em assunto à parte.
  - II. corrente englobam os serviços de bueiros tubulares, bueiros celulares, sarjetas, drenos, banquetas de descida d'água e valetas, e meio-fio de concreto.
  - III. especiais englobam os serviços de sinalização vertical e horizontal, hidrossemeadura, enleivamento, enrocamento, guarda-corpo de concreto, defesa metálica e muro de gabião.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I.
  - (B) II.
  - (C) III.
  - (D) I e II.
  - (E) II e III.

74. Considerando o manejo e a preservação ambiental, durante a execução de obras de restauração de dispositivos danificados de drenagem de rodovias deverão ser observados, dentre outros, os seguintes procedimentos:
- (A) Nos serviços de restauração de dispositivos de drenagem danificados, a recomposição deve ocorrer por meio de demolição do dispositivo afetado e conseqüente descarte dos resíduos em valas e áreas de erosão, constantes no mesmo complexo em restauração.
  - (B) Parte do material excedente de escavação ou sobras deverá ser integrado aos dispositivos ou fazer parte da composição de sua estrutura periférica.
  - (C) Sobressalentes confeccionados em ponto remoto, fora do canteiro, devem ser transportados na vertical e instalados sobre vigas pré-moldadas de concreto de alta resistência, eliminando a ocorrência de obras de proteção contra inundações e erosão das vertentes.
  - (D) O tráfego de equipamentos ou veículos deve ocorrer por terrenos naturais para que não ocorram desfigurações.
  - (E) O material excedente removido deverá ser transportado para local predefinido, em conjunto com a fiscalização, cuidando-se, ainda, para que este material não seja conduzido para os cursos d'água de modo a não causar assoreamento.

75. Uma via projetada para um volume de tráfego de 3 500 veículos por hora, com vida útil provável estabelecida de 3 anos, teve seu projeto de sinalização desenvolvido. Nos trechos em que a sinalização horizontal de tráfego ocorre no mesmo sentido, o material a ser aplicado é
- (A) termoplástico tipo extrudado, na cor amarela.
  - (B) estireno butadieno, na cor amarela.
  - (C) termoplástico tipo spray, na cor branca.
  - (D) borracha clorada, nas cores laranja e branca.
  - (E) tinta estireno acrilato, na cor branca.

76. Entre os equipamentos utilizados na fase de regularização de subleitos em obras de rodovias, destacam-se:
- (A) motoniveladora pesada com escarificador, pulvimisturador e carro tanque distribuidor de água.
  - (B) trator de esteira com lâmina, soquetes mecânicos e rolo compactador liso autopropelido.
  - (C) vibro-acabadoras, rolo compactador pneumático e distribuidores de agregado.
  - (D) fresadora, usina de microrevestimento e distribuidores de agregados.
  - (E) espargidores, pré-misturadores e vassouras mecânicas.

77. O serviço de acompanhamento de obras rodoviárias:

- I. Consiste em assumir a responsabilidade dos encargos técnicos e legais decorrentes da organização levada a efeito, e de desenvolver as diversas áreas da obra. Verificar a eficiência e eficácia dos trabalhos, licitude das compras e fornecimentos, enfim, gerência integral, no tocante à administração da empresa.
- II. Consiste em fiscalizar a fiel execução de uma obra ou serviço, oferecendo uma assistência técnica permanente, em que a responsabilidade pelas orientações e instruções prestadas na obra é do cliente. Exige nível, esquadro e prumo, como também o cumprimento das especificações de serviços e materiais. Deve ser feita a conferência de todas as medidas e dos detalhes métricos, assim como, de todos os acabamentos.
- III. Deve ser assumido pelo profissional ético o encargo técnico-administrativo da direção e execução da obra, respondendo pela fiel execução dos serviços. Além do mais, o profissional deverá prever, coordenar, dirigir e controlar a qualidade da obra, como seu gestor, exercendo as funções de acordo com as normas legais vigentes e entregando a obra ou serviço em condições de ser utilizada pelo cliente e em concordância integral com os projetos, especificações, detalhes e demais elementos técnicos fornecidos.
- IV. É um serviço de alta repercussão técnica pelos efeitos decorrentes, em que a orientação técnico-administrativa apresentar-se-á por meio de um relatório. Uma vez conhecido o projeto ou os contratos de execução, deve-se estabelecer a política administrativa da empresa no setor técnico.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) I, III e IV.
- (E) II, III e IV.

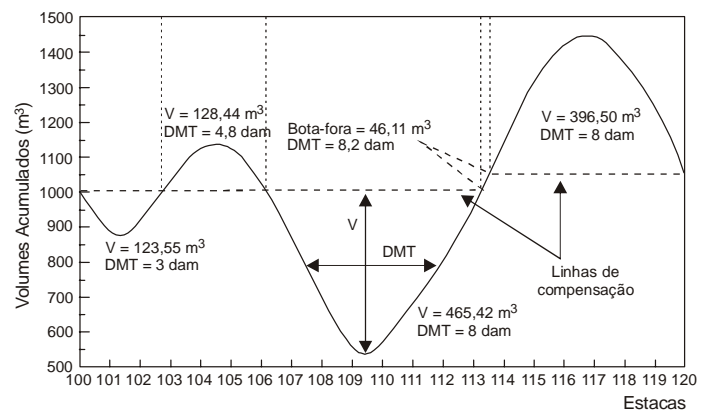
78. No processo de compactação do leito de uma estrada, considerando a fase de hidratação, o acréscimo de umidade produz o aumento da espessura das camadas de água adsorvida nos grãos do solo, na forma de filmes, reduzindo a viscosidade da água. Essa redução de viscosidade provoca

- (A) simplificação das porções, grossa e fina, das misturas, implicando o aumento da permeabilidade do solo.
- (B) aumento das camadas de base do pavimento, dificultando a obtenção de materiais geotécnicos.
- (C) resiliência no solo pedregulhoso laterítico, implicando variações da massa específica aparente máxima.
- (D) permeabilidade da argila decorrente da compressibilidade da areia grossa graduada.
- (E) diminuição do atrito entre os grãos, aumentando a massa específica do solo.

79. Durante a terraplenagem de um trecho de rodovia, foram transportados: (I) 700 m<sup>3</sup> de areia, (II) 600 m<sup>3</sup> de silte, (III) 800 m<sup>3</sup> de argila-siltosa e (IV) 950 m<sup>3</sup> de silte-arenoso. Porém, o contrato prevê o pagamento do transporte dos volumes medidos no corte, antes da desagregação. O valor pago no transporte é de R\$ 3,00/m<sup>3</sup>/km. A distância de transporte é de 20 km. Os valores dos empolamentos dos respectivos solos estão apresentados abaixo. O valor calculado do montante a ser pago pelo transporte total será de

- (A) R\$ 286.800,00
  - (B) R\$ 233.999,00
  - (C) R\$ 155.700,00
  - (D) R\$ 143.400,00
  - (E) R\$ 125.200,00
- Dado: Índices de empolamentos  
 $\gamma_I = 1,21$   
 $\gamma_{II} = 1,25$   
 $\gamma_{III} = 1,27$   
 $\gamma_{IV} = 1,36$

80. A figura abaixo descreve os movimentos de terra, que ocorrem em uma rodovia durante as obras de terraplenagem. Esse gráfico representa uma importante ferramenta, de uso corrente, no planejamento econômico de um projeto rodoviário.



Trata-se

- (A) do Gráfico de Isopletras.
- (B) da Curva de CBR.
- (C) do Diagrama de Brückner.
- (D) da Linha Datum.
- (E) do Quadro de Borges.

**Auditoria de Obras de Edificações**

81. Em projetos de fundações, são necessárias investigações geotécnicas, geológicas e observações locais. Com relação a isso, considere:

*Tais sondagens devem fornecer no mínimo a descrição das camadas atravessadas, os valores dos índices de resistência à penetração e as posições dos níveis de água.*

O excerto acima, descreve

- (A) uma investigação geotécnica denominada *Standart Penetration Test*.
- (B) um ensaio de laboratório de análise geológica denominado *Penetration Cone*.
- (C) uma forma de observação local denominada *Sand Penetration Test*.
- (D) uma investigação geotécnica denominada *Sand Penetration Test*.
- (E) uma forma de observação local denominada *Penetration Cone*.

82. Em determinada obra, a escavação de uma vala precisou ser interrompida, em razão de fatores externos. Porém, em decorrência da inexistência de qualquer tipo de escoramento prévio, a vala ficou sujeita a desmoronamento. Em função do projeto, é inviável econômica e tecnicamente que se construa qualquer tipo de escoramento da vala, mas o risco de desmoronamento deve ser contido. Optou-se, assim, por preencher temporariamente a vala com um material que seja capaz de

- I. produzir a estabilidade das paredes da vala em função de suas características coloidais, sendo capaz de se manter operacional por longo período.
- II. formar nos vazios do solo e especialmente junto à superfície lateral da escavação uma película impermeável (*cake*).
- III. ser tixotrópico, isto é, ter um comportamento fluido quando agitado, porém, capaz de formar um "gel" quando em repouso.

As características especificadas em I, II e III referem-se a

- (A) argila gipsítica.
- (B) lama de gipsita.
- (C) argila bentonita.
- (D) solução montiloritina.
- (E) lama bentonítica.

83. Em determinada obra está especificado que o concreto a ser utilizado na estrutura deve ser resistente a uma atmosfera nociva, em função da localização muito próxima a uma região industrial, que libera grande quantidade de poluentes atmosféricos. Para tanto, os tipos de cimento que podem ser utilizados na estrutura citada são do tipo

- (A) CP-III-F, CP-I-S e CP-VIII-E.
- (B) CP-III-AF, CP-IV-Z e CP-RS
- (C) CP-II-AF, CP-I-S e CP-VII-ES.
- (D) CP-IV-AZ, CP-VI-RF e CP-IX-AR-Z.
- (E) CP-VI-RF, CP-I-S e CP-IV-Z.

84. Durante a execução de uma obra, a empresa fornecedora de aço entregou 264 barras de 12 metros de comprimento de aço de Ø 5 mm, equivalendo a um total de 497 kg. Porém, em função do projeto, deve-se efetuar a troca das barras de Ø 5 mm por barras de Ø 10 mm.

Em função do projeto, o número de barras de aço de Ø 10 mm que deve ser entregue na obra é

- (A) 55
  - (B) 60
  - (C) 66
  - (D) 100
  - (E) 132
- Dado:  
A densidade do aço adotada é de 8 000 kg/m<sup>3</sup>

85. Considere a lista abaixo dos itens relativos ao orçamento de uma obra:

|    |                     |    |                        |    |                         |
|----|---------------------|----|------------------------|----|-------------------------|
| 1  | ISS                 | 2  | Segurança do trabalho  | 3  | Seguro do caminhão      |
| 4  | COFINS              | 5  | Salário de telefonista | 6  | Cimento                 |
| 7  | PIS                 | 8  | Salário do segurança   | 9  | Óleo diesel             |
| 10 | EPIs                | 11 | Custo do canteiro      | 12 | Controle tecnológico    |
| 13 | Mobilização de obra | 14 | Lucro                  | 15 | Depreciação do caminhão |

Fazem parte do BDI os itens de números

- (A) 1, 3, 4, 5, 7, 8, 14 e 15.
- (B) 1, 4, 5, 7, 10, 12, 13 e 14.
- (C) 2, 3, 4, 11, 12, 13, 14 e 15.
- (D) 1, 3, 5, 7, 9, 11, 13 e 15.
- (E) 2, 4, 6, 8, 10, 12, 14 e 15.

86. Considere os tipos de fundação empregados no mercado da construção civil:

- I. Caracteriza-se pela utilização de peças pré-fabricadas de concreto que variam entre 1,5 e 5,0 m de comprimento e que são cravadas, com uso de macaco hidráulico, justapostas uma após a outra.
- II. Fundação profunda caracterizada por possuir uma base alargada obtida pela introdução, no terreno, de certa quantidade de material granular ou concreto, por meio de golpes de um pilão.
- III. Fundação que pode ser feita a céu aberto ou a ar-comprimado e ter, ou não, base alargada, podendo ser executada com revestimento metálico ou de concreto.
- IV. Caracteriza-se por uma grande placa de concreto, reticulada ou não, apoiada sobre o solo de maneira a otimizar a distribuição da carga de vários pilares pela maior área possível.

Os itens I, II, III e IV correspondem, respectivamente, às seguintes fundações:

- (A) estaca protendida, estaca Franki, estaca hélice contínua e radier.
- (B) estaca raiz, estaca Strauss, estaca escavada e sapatas.
- (C) estaca protendida, estaca ômega, estaca hélice contínua e alicerce.
- (D) estaca mega, estaca Strauss, estaca hélice contínua e sapatas.
- (E) estaca mega, estaca Franki, tubulão e radier.

87. Na execução de estruturas de concreto protendido de uma obra, o auditor verificou, antes das cordoalhas serem introduzidas nas bainhas, as três situações descritas abaixo, na área de preparação no canteiro:

- I. No térreo, as cordoalhas encontravam-se desenroladas e deixadas livremente sobre uma superfície plana e lisa, onde apresentavam uma curvatura permanente correspondente a uma flecha de 100 mm num comprimento de 2 m.
- II. Para as vigas do segundo pavimento, 20% das cordoalhas utilizadas tiveram os fios cuidadosamente soldados pelo processo MIG e submetidos a rigoroso controle por laboratório de metalurgia acreditado.
- III. Na laje do mezanino, foram executadas emendas com conectores de latão e presos por quatro parafusos de aço inoxidável, a uma distância de 3 m das extremidades dos fios.

O auditor deve emitir parecer condenando o descrito em

- (A) II e III, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I, apenas.

88. Com relação à participação de intervenientes em serviços e obras de engenharia considere:

- I. Fazer-se presente no local dos trabalhos, quando necessário.
- II. Preservar a autonomia técnica do executante.
- III. Receber oportunamente os serviços executados, de acordo com o contrato, quando tiver esta delegação.
- IV. Alertar os intervenientes quanto ao cumprimento das medidas de segurança previstas em regulamentos normativos, normas legais, referentes à medicina e segurança do trabalho e normas brasileiras registradas compulsórias.

Os itens I, II, III e IV referem-se às responsabilidades do

- (A) engenheiro calculista.
- (B) administrador.
- (C) fiscal técnico.
- (D) consultor técnico.
- (E) auditor fiscal.

89. Foram retirados de uma obra 500 m<sup>3</sup> de silte-argiloso pouco coesivo, 450 m<sup>3</sup> de limpeza vegetal, 750 m<sup>3</sup> de areia, 400 m<sup>3</sup> de argila coesiva, 600 m<sup>3</sup> de rocha alterada e 800 m<sup>3</sup> de entulho de demolição de estrutura de concreto.

Os volumes de materiais de I, II e III categorias são, respectivamente:

- (A) 1 150, 950 e 1 400
- (B) 1 400, 1 600 e 500
- (C) 1 650, 1 250 e 600
- (D) 1 700, 400 e 1 400
- (E) 1 800, 400 e 1 700

90. Em um projeto foi encontrada a seguinte especificação:

*Produto que aumenta o índice de consistência do concreto mantida a quantidade de água de amassamento, ou que possibilita a redução de, no mínimo, 6% da quantidade de água de amassamento para produzir um concreto com determinada consistência.*

A descrição acima trata de

- (A) incorporador de ar, aplicado em misturas para concreto celular.
- (B) plastificante, usado para tornar o concreto mais fluido.
- (C) acelerador de pega, voltado para obras rápidas que exigem rápido endurecimento do concreto.
- (D) retardador de pega, utilizado em áreas de clima muito quente.
- (E) endurecedor, aplicado em concretos submersos.

#### Auditoria de Obras Hídricas

91. O dimensionamento da altura de uma barragem resulta de aspectos relativos às suas finalidades e características construtivas. No cálculo hidráulico da altura de um barramento são considerados, dentre outros fatores, o volume

- (A) de escavação e o de aterro necessários e a demanda de água a ser suprida.
- (B) de concreto a ser utilizado nas obras e as cheias afluentes ao local.
- (C) necessário para o controle de cheias e a área a ser inundada pelo reservatório.
- (D) dos sedimentos produzidos pela bacia e a demanda de água a ser utilizada.
- (E) útil necessário e a precipitação média na bacia contribuinte.

92. As bacias de dissipação são

- (A) empregadas como estruturas auxiliares para aumentar a energia descarregada pelas barragens durante as cheias.
- (B) estruturas destinadas a reduzir a descarga das barragens evitando-se assim as erosões a jusante dos vertedores.
- (C) estruturas destinadas a reduzir a energia do escoamento na saída dos vertedouros e comportas com fluxos excessivamente rápidos.
- (D) empregadas em barragens altas para lançamento do jato na saída dos descarregadores e vertedores.
- (E) estruturas auxiliares destinadas a reduzir o excesso de energia gerado pelas turbinas durante as cheias.

93. No pré-dimensionamento do diâmetro de condutos sob pressão, as perdas de carga geradas pelo escoamento

- (A) dependem, entre outros fatores, da velocidade do escoamento, da rugosidade das paredes do conduto, da viscosidade do líquido e da sinuosidade do traçado.
- (B) variam, em decorrência da pressão de serviço da tubulação, da temperatura, do líquido em escoamento e do desnível da tubulação.
- (C) são menores quanto maiores forem o diâmetro, o comprimento da tubulação e a sinuosidade do traçado.
- (D) são mais importantes nos trechos retilíneos e longos do que nas curvas e transições entre seções típicas.
- (E) são mais significativas quando geradas pelo atrito interno entre as partículas do que as produzidas pelo atrito entre estas e as paredes do conduto.

|  |  |
|--|--|
| <p>94. Quanto à capacidade de regularização de vazões nas centrais hidrelétricas, as usinas a fio d'água são empregadas quando</p> <p>(A) as vazões afluentes do rio são maiores do que as defluentes turbinadas.</p> <p>(B) as vazões vertidas são iguais às defluentes turbinadas.</p> <p>(C) as vazões de estiagem do rio são menores do que as afluentes.</p> <p>(D) a capacidade de armazenamento do reservatório é variável, mas o nível de água no reservatório é constante.</p> <p>(E) as vazões afluentes e defluentes são iguais e a capacidade de reservação é constante.</p>   | <p>98. As instalações de captação e tratamento de água destinadas ao abastecimento urbano têm sua capacidade projetada para atendimento de uma demanda que considera, dentre outros fatores,</p> <p>(A) a população a ser atendida, o consumo <i>per capita</i>, os picos horários de consumo e a reservação anual.</p> <p>(B) a projeção do consumo humano e do industrial, a reservação e as variações do consumo médio diário ao longo do ano.</p> <p>(C) o consumo médio diário da população no dia mais quente do ano e a projeção de demanda humana e industrial.</p> <p>(D) a disponibilidade hídrica local, a população a ser atendida, o consumo <i>per capita</i> e a reservação.</p> <p>(E) a projeção do consumo humano e do industrial, a reservação e as variações diárias e horários de consumo <i>per capita</i> ao longo do ano.</p>                            |
| <p>95. As turbinas hidráulicas são selecionadas e dimensionadas em função da queda líquida e da vazão a ser turbinada. As turbinas tipo</p> <p>(A) Pelton são indicadas para altas quedas e grandes vazões por serem turbinas de reação, mas sofrem influência do nível a jusante.</p> <p>(B) Francis têm faixa de aplicação mais abrangente, sendo indicadas para quedas de 30 até 400 m.</p> <p>(C) Pelton apresentam perda de rendimento em função das oscilações do nível d'água a jusante.</p> <p>(D) Kaplan são destinadas a quedas médias e altas, não sofrendo influência do nível de jusante.</p> <p>(E) Bulbo são indicadas para quedas altas e grandes vazões turbinadas.</p>   | <p>99. Um sistema de captação de águas pluviais urbano compreende, além de sarjetas, tubulações e poços de visita,</p> <p>(A) bocas de lobo, galerias, estruturas acessórias de captação e condução, incluindo a caixa de detenção, concebidas para operarem pressurizadas.</p> <p>(B) bocas de lobo, filtros, separador de água e óleo, estruturas acessórias de captação e condução, incluindo a caixa de detenção.</p> <p>(C) bocas de lobo, galerias, e estruturas acessórias de captação e condução, incluindo a caixa de detenção, concebidas para operarem não-pressurizadas.</p> <p>(D) guias, boca de lobo, galerias, coletor tronco e estruturas acessórias de captação e condução, incluindo a caixa de detenção.</p> <p>(E) meio fio, guias, bueiros, caixas de passagem, coletor tronco e emissário, incluindo as estruturas acessórias de captação e condução.</p> |
| <p>96. Os métodos de irrigação podem ser, de forma geral, agrupados em função da forma como a água é aplicada: superficiais e sob pressão. É correto afirmar que</p> <p>(A) os métodos superficiais compreendem a irrigação por gravidade por meio de sistemas de aspersão, sulcos e gotejamento.</p> <p>(B) a declividade do terreno deve ser baixa e o efeito do vento é favorável à distribuição da água, na irrigação sob pressão.</p> <p>(C) o sistema de irrigação por gotejamento, por ser superficial, não é indicado para terreno de declividade alta.</p> <p>(D) a infiltração do solo não deve ser elevada de forma a evitar as perdas excessivas por percolação, na irrigação superficial através de sulcos.</p> <p>(E) o sistema de irrigação por inundação é aplicado a terrenos de baixa declividade por reduzir o consumo de água.</p> | <p>100. Na concepção moderna da drenagem urbana, a canalização de um curso d'água por meio de galerias fechadas ou de canais artificiais de concreto NÃO é recomendada porque estas estruturas</p> <p>(A) reduzem a capacidade de vazão e a velocidade no trecho canalizado, resultando em novas inundações locais.</p> <p>(B) aumentam o risco de falhas do sistema de captação pluvial periférico.</p> <p>(C) reduzem a velocidade do escoamento e a vazão, evitando que a cheia se propague para jusante.</p> <p>(D) aumentam a velocidade e a capacidade de vazão, mas transferem os picos de vazão e o lixo carreado para jusante.</p> <p>(E) aumentam os custos das obras civis e das desapropriações.</p>   |
| <p>97. As estações de tratamento convencionais empregam processos destinados a corrigir as características físicas, químicas e biológicas da água, tornando-a apropriada para o consumo. Uma seqüência adequada para aplicação destes processos corresponde a</p> <p>(A) floculação com sulfato de alumínio, filtração lenta e decantação em tanques aerados.</p> <p>(B) desinfecção com cloro gasoso, filtração rápida e floculação com cloreto férrico.</p> <p>(C) decantação rápida, filtração em leito de areia e desinfecção com cloreto férrico.</p> <p>(D) floculação com cloreto férrico, filtração com sulfato de alumínio e desinfecção com hipoclorito.</p> <p>(E) floculação com sulfato de alumínio, decantação e filtração rápida em leito de areia e antracito.</p>   |  |